



Índice

- 01** Coordenadora explica números de relatório sobre violência contra indígenas
- 02** Justiça Eleitoral converte condenação de indígena de Amambai em prisão
- 03** Lideranças indígenas são convidadas para ir à Europa pela Federação Alemã
- 04** Seminário discute diretrizes curriculares ao ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas
- 05** Produtores denunciam abates clandestinos de animais em áreas próximas a invasão
- 06** Saúde indígena tem 70% da frota sucateada em MS
- 07** Prefeitura de Palmas cria Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas
- 08** Dilma é a presidente que menos demarcou terras indígenas, diz relatório do Cimi
- 09** Povos indígenas do rio São Francisco se encontram em Porto Seguro
- 10** Incêndios criminosos voltam a ocorrer na Terra Indígena mais devastada da Amazônia Legal
- 11** Curso de línguas promovido pela UFOPA valoriza cultura indígena
- 12** Polícia Federal deporta indígenas venezuelanos com estada irregular no Brasil
- 13** Emater/RS-Ascar realiza capacitação para indígenas em Benjamin Constant do Sul
- 14** Ministério Público Federal e gestores públicos ouvem comunidade Indígena Laranjal em Jardim



- 15** Bahia fica em 3º lugar em ranking de mortes de indígenas em 2013, aponta relatório
- 16** Reunião informa sobre nova lei de acesso e repartição de benefícios
- 17** Indígenas acusam empresa de desflorestação ilegal
- 18** Decretada prisão de dois acusados de matar adolescente
- 19** Quilombolas da Comunidade Kalunga do Mimoso recebem orientações da Defensoria Pública
- 20** Queda da violência contra índios não significa menos conflitos, diz coordenadora
- 21** MPF/SE quer rapidez na análise da criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul
- 22** Incra reconhece comunidade quilombola no Ceará
- 23** Omissão do governo é a maior causa da violência contra os indígenas no Brasil
- 24** Índios isolados: Funai divulga imagem do povo desconhecido do alto rio Envira
- 25** "Com a terra, o céu murchou". A paralisação das demarcações de terras indígenas
- 26** Rede Brasileira de Justiça Ambiental realizará seu sexto encontro nacional
- 27** 'Livro da cura' reúne textos e fotos de mais de 100 espécies medicinais utilizadas pelo povo indígena
- 28** Cimi vê menor demarcação de terra indígena em 29 anos
- 29** ALERTA - Incêndio as margens da rodovia BR 158, na reserva Indígena dos Areões
- 30** Parque Lage recebe festa indígena



Coordenadora explica números de relatório sobre violência contra indígenas
SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 17.07.2014

O relatório identifica 53 assassinatos durante o ano passado, contra 60 em 2012

Agência Brasil

Publicação: 17/07/2014 15:27 Atualização:

Uma das coordenadoras do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, divulgado nesta quinta-feira (17/7) pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a antropóloga Lúcia Helena Rangel explicou que o fato de os indicadores de violência contra os índios e seus territórios terem diminuído em 2013, na comparação com 2012, não significa que os conflitos por terras ou os problemas decorrentes da falta de assistência pública tenham se atenuado.

O relatório identifica 53 assassinatos durante o ano passado, contra 60 em 2012. Os casos incluem, por exemplo, o do cacique Ivan Tenharim, da Terra Indígena Tenharim Marmelos, na cidade Costa Marques, no Amazonas, morto em dezembro; o dos tupinambás Aurino Santos Calazans, Agenor de Souza Júnior e Ademilson Vieira dos Santos, mortos a tiros quando retornavam à Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia.

O resultado que mais variou, entre 2012 e 2013, diz respeito ao total de índios que sofreram algum tipo de violência por omissão do Poder Público. Enquanto, no ano retrasado, eram 106.801 vítimas, no ano passado o Cimi identificou 8.014 casos. Entram nesse quesito os reflexos da falta de assistência escolar e à saúde indígena, além da ausência de políticas públicas que impeçam a disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas entre a comunidade e até tentativas de suicídio, segundo a entidade.

"A questão sobre se há ou não uma tendência à diminuição da violência sempre surge. Não há uma tendência. Há, sim, uma oscilação ao longo dos anos. Por isso, não temos como dizer se a violência está diminuindo ou aumentando", comentou a pesquisadora durante a divulgação do documento. Além do número menor de assassinatos e da redução dos casos de violência por omissão do Poder Público, também caíram os números de homicídios culposos (21 casos em 2012 contra 13, em 2013); tentativas de assassinatos (1.024 contra 328); violência sexual (12 contra dez); ameaças de morte (30 contra 14) e abuso de poder (15 contra 6).

Os casos de suicídio, no entanto, mais que dobraram passando de 23 para 56. Já o total de mortes por falta de assistência à saúde (7), se manteve inalterado. Outro item que aumentou foi as denúncias de racismo e discriminação étnico-cultural. Enquanto em 2012, o relatório registrava 14 casos, em 2013 o total subiu para 3.618 ocorrências. "A liberdade de expressão anti-indígena no Brasil, que já era grande, está aumentando. Ninguém mais tem vergonha de se manifestar contra os índios", declarou Lúcia.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 123 / 2014

Brasília, 18 de julho de 2014.

Como em anos anteriores, a organização, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconheceu a dificuldade em se obter dados precisos, já que recorre a várias fontes como relatos e denúncias dos próprios povos e organizações indígenas; missionários do conselho; reportagens de jornais, sites e agências de notícias; órgãos públicos que prestam assistência; Ministério Público, além de relatórios e boletins policiais.



Justiça Eleitoral converte condenação de indígena de Amambai em prisão
SÍTIO MIDIAMAX, 17.07.2014

Julienne Katayama

A Justiça Eleitoral converteu a penalidade do indígena Saulinho Batista Rodrigues em prisão depois de descumprir pela segunda vez a pena restrição de direito. Ele foi condenado por fraudar as eleições em 2010 ao se passar por outra pessoa no município de Amambai, distante 342 quilômetros de Campo Grande.

Segundo a decisão do juiz eleitoral, Ricardo da Mata Reis, "o que se verifica é que o sentenciado não se preocupa com o cumprimento da sanção substitutiva e o Poder Judiciário não pode compactuar com um tal descompromisso, sob pena de colocar em xeque a autoridade de suas decisões e a sua própria credibilidade".

Saulinho foi condenado no dia 7 de julho de 2011, a uma pena de um ano e nove meses de reclusão, em regime inicialmente aberto, além de 50 dias-multa. Posteriormente foi substituída por prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade.

Com as faltas injustificadas, substitui-se a prestação pecuniária por limitação de fim de semana – quando deveria permanecer no interior da Aldeia Amambai. Não foi cumprido. Saulinho disse na audiência de justificação que abandonou a prestação de serviços porque foi trabalhar em uma usina, em Nova Andradina e, posteriormente, em Naviraí.

O magistrado então determinou a conversão da pena em prisão. A Procuradoria da Funai (Fundação Nacional do Índio) pugnou por nova oportunidade para o cumprimento das penas restritivas de direito. Mas foi negado.

Histórico

No dia da eleição de 2010, Saulinho portava documentação falsificada e compareceu em uma das seções eleitorais da escola El'Ande Reko Arandú, situada na Aldeia Taquapery, distante 10 quilômetros da cidade, com a identidade (administrativa emitida pela Funai) e o título de eleitor em nome de Joezer e o comprovante do voto.

Ao deixar a escola, o indígena passou sua identidade e a documentação original, em nome de outro para seu primo, a um adolescente de 16 anos para que votasse em seu lugar. De acordo com a polícia, a fraude foi detectada pelos mesários quando o adolescente já tentava exercer o voto na seção.

Lideranças indígenas são convidadas para ir à Europa pela Federação Alemã
SÍTIO BAHIA NOTÍCIAS, 17.07.2014



Após a interação entre os índios de Santa Cruz Cabralia e a Federação Alemã de Futebol durante o período da Copa do Mundo, os indígenas do extremo-sul baiano foram convidados para ir à Europa.

"Fomos avisados que os alemães têm interesse em levar quatro lideranças ao governo da Alemanha para que eles possam entender e acompanhar melhor a situação do nosso território, da saúde e da educação e, junto com o governo brasileiro, proporcionar benefícios para a nossa comunidade. Já pediram nossos documentos. Essa parceria está sendo muito importante", contou o coordenador do Movimento Indígena da Bahia, Zeca Pataxó.

Enquanto estiveram no Centro de Treinamento de Santo André, distrito da cidade, os jogadores da seleção alemã receberam a visita dos índios, quando ganharam presentes e fizeram a "dança da sorte", reproduzida em campo na final do torneio, após o recebimento da taça. Na partida, os germânicos deixaram um cheque de 10 mil euros à tribo pataxó.



Seminário discute diretrizes curriculares ao ensino das culturas afro-brasileiras e indígenas

SÍTIO BRASIL NOTÍCIA, 17.07.2014

Foi realizado nesta quinta-feira (17), no auditório da Biblioteca do Instituto Porto Alegre (IPA), o "Seminário Ampliado de Elaboração do Plano Estadual para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino das Histórias e Culturas Afro-Brasileiras e Indígenas". O evento é promovido pela Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e Procuradoria Geral do Estado (PGE). Participam representantes das 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), órgãos públicos e movimentos sociais.

A diretora-adjunta do Departamento Pedagógico da Seduc, Rosa Mosna, representou o secretário de Educação na abertura do evento. Rosa saudou todos os presentes e reafirmou a importância do grupo de trabalho instituído para a elaboração do Plano Estadual de Educação. "Este seminário é de muita relevância, pois além de auxiliar na formação dos professores, ele reafirma o compromisso que temos com a construção das diretrizes curriculares estabelecidas pelo Plano".

O encontro contou com as palestras da professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, da Universidade Federal de São Carlos, que falou sobre as "Orientações para o Plano Estadual para a Educação Afro-Brasileira e Indígena: Implementação e Perspectivas", e, também, da professora Susana Guimarães, coordenadora substituta da Coordenação Geral de Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação (MEC), que, entre os assuntos, destacou as orientações pedagógicas do MEC em relação às políticas indigenistas do Brasil.

A elaboração do Plano Estadual para a Educação das Relações Étnico-raciais é de responsabilidade do Grupo de Trabalho (GT) criado pelo Decreto nº 50.725 e o seminário colherá subsídios para o Plano. A coordenação do GT é compartilhada pela Seduc e PGE.

Fonte: Governo do Estado



Produtores denunciam abates clandestinos de animais em áreas próximas a invasão
SÍTIO FAMASUL, 17.07.2014

Proprietários das áreas vizinhas à Fazenda Cambará, no município de Iguatemi (MS), invadida por indígenas da etnia guarani-kaiowá no final de 2011, acusam os invasores de uma série de abates clandestinos de animais. Segundo o presidente do Sindicato Rural do município, Hilário Parise, cerca de 15 bovinos de propriedades lindeiras à fazenda foram abatidos recentemente, sendo que cinco somente na última semana.

Realizados geralmente à noite e registrados em boletins de ocorrência na polícia civil de Iguatemi, os abates são constatados pelas carcaças dos animais deixadas nas imediações, registradas em fotografias pelos peões e seguranças das fazendas. Além da Cambará, os proprietários das fazendas Cachoeira, Santa Maria e Campo Flor também registraram perdas de animais com o abate clandestino.

Segundo relato dos proprietários e os registros fotográficos realizados, os abates têm sempre a mesma característica, com o aproveitamento parcial da carcaça dos animais, sendo que parte da rês fica abandonada. Entre os animais sacrificados estava uma vaca prenha que também teve o bezerro descartado pelos abatedores. O prejuízo não se resume aos abates, pois grandes ferimentos são abertos nos animais que conseguem escapar da captura.

O proprietário da fazenda Cambará, Osmar Bonamigo, contabiliza perda de 17 animais e denuncia que os indígenas estão derrubando árvores de área reflorestada. "Pelo menos 300 árvores já foram derrubadas, com a madeira utilizada para consumo dos indígenas", calcula.

Bonamigo aguarda o cumprimento de decisão judicial determinando que os indígenas se mantenham em uma área restrita da fazenda e desocupem a sede da propriedade até que seja julgado o recurso contra a suspensão do pedido de reintegração de posse. A fazenda Cambará registrou a primeira invasão por um grupo da etnia guarani-kaiowá no final de 2011, quando os indígenas acamparam em uma área da propriedade. Descumprindo decisão da Justiça que determinou a permanência nessa área, os indígenas avançaram e invadiram a sede da propriedade em fevereiro deste ano, obrigando o proprietário a retirar o gado e abandonar o local. A partir de então, segundo os proprietários, intensificaram-se os abates clandestinos de animais de áreas vizinhas.

Foto: Sindicato Rural de Iguatemi



Saúde indígena tem 70% da frota sucateada em MS

SÍTIO O PROGRESSO, 17.07.2014

Índio kadiwéu assume comando da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai/MS) e já anuncia plano emergencial para resolver principais "gargalos"

Valéria Araújo
Do Progresso

A Saúde indígena está com 70% da frota sucateada. A informação é do presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando de Sousa. Segundo ele, dos 180 veículos destinados à Saúde nas aldeias, 100 estão parados nos pátios. Em Dourados, dos 30 veículos existentes, 40% estão sucateados. É neste quadro de crise que assume o comando da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai-MS), o primeiro indígena à frente da pasta. Trata-se do kadiwéu, Ilário da Silva, que é da cidade de Porto Murtinho.

Assim que tomou posse, na semana passada, anunciou um plano emergencial para resolver os principais "gargalos" da Saúde Indígena do Estado. Dentre eles, a logística de transporte de pacientes e a falta de abastecimento de insumos e medicamentos nos postos de Saúde.

Segundo Fernando de Sousa, um acordo firmado no final do ano passado com o Ministério da Saúde garante os investimentos para a Saúde Indígena. A Sesai deve entregar um relatório sobre a crise nas aldeias em 10 dias para análise do Governo Federal, que já teria se comprometido em resolver o problema.

Em relação às viaturas sucateadas, Fernando de Souza diz que a população indígena está ficando sem respaldo na área de saúde. Em Dourados, por causa da falta de transporte, as equipes que fazem atendimento nas aldeias estariam enfrentando dificuldades para chegar lá. "Alguns grupos precisam pegar carona com outros para se deslocar até a reserva. Em outras situações, um grupo vai para a aldeia e o carro volta para buscar outro. O serviço se torna demorado", destaca.

Há um ano o presidente também alertou para outro grave problema. As viaturas que transportam pacientes, não são esterilizadas. "Não há serviço de lavagem. Por isso é comum encontrar sangue e vísceras humanas nos carros, gerando riscos de infecções diversas", denuncia.

Ele lembrou ainda que praticamente 100% dos agentes que atuam na Reserva não dispõem de material completo, como as mochilas de materiais e bicicletas. "Muitos atuam com veículos próprios e materiais comprados por eles via 'vaquinha'", destaca.

Solução

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 123 / 2014

Brasília, 18 de julho de 2014.

Fernando diz que, além do Plano de emergência, outro fator positivo nas reservas é que a 5ª Conferência Saúde Indígena, que acontece esta semana em Brasília, já sinalizou positivamente 35 projetos de Mato Grosso do Sul para melhorar o atendimento no setor.

Em nível nacional está sendo discutida a implantação de uma política especial da Saúde indígena que prevê a desburocratização no abastecimento das Unidades de Saúde, compra de materiais e manutenção de serviços básicos. "Hoje existe uma burocracia enorme que faz com que os insumos atrasem e os postos fiquem desabastecidos. O processo de reposição destes materiais é longo e muitas vezes quem vai à Unidade de Saúde não tem tempo a perder. Esta demora pode custar uma vida. Por causa disso, tudo será analisado e formará uma grande proposta que servirá para mudar a política de Saúde indígena em todo o território nacional", explica.



Prefeitura de Palmas cria Secretaria Extraordinária dos Jogos Indígenas

SÍTIO BLOG DO CLEBER TOLEDO, 17.07.2014

Hector Franco deixa assessoria de Assuntos Estratégicos e assume a nova pasta

Da Redação

O prefeito de Palmas, Carlos Amastha (PP), anunciou nesta quinta-feira, 17, a criação da secretaria extraordinária dos Jogos Indígenas, que ficará responsável pela organização do evento que acontece em 2015. Na ocasião, o chefe do executivo municipal também decretou o Centro de Convenções como nova sede da Agência de Turismo do município (Agtur).

Hector Franco deixa a assessoria especial de Assuntos Estratégicos da prefeitura e assume a pasta que ficará responsável pelos Jogos Mundiais Indígenas. Kairo Bernardo será o secretário executivo.

O prefeito de Palmas exaltou o evento e argumentou a criação da nova estrutura. "Esses Jogos Mundiais, sem dúvida, vai ser o evento mais importante que aconteceu na cidade desde a sua fundação e nós temos a obrigação de fazer muito bonito. Para isso estamos montando um núcleo forte, uma secretaria extraordinária que vai cuidar de todos os assuntos que se referem aos jogos", disse Amastha, explicando que a pasta fechará após 90 dias da conclusão dos jogos.

PMW Rock Festival e Palmas Moto Capital

No evento, realizado no Centro de Convenções, nova sede da Agtur, Amastha também anunciou o lançamento do PMW Rock Festival e do Palmas Moto Capital (PMC), que acontecerão simultaneamente no dias 19 e 20 de setembro, na Praia da Graciosa.

O PMC receberá o Encontro Nacional de Motociclistas, enquanto o PMW apresentará programação com bandas regionais e nacionais. Os principais nomes são: Sepultura, Cidade Negra e Humberto Gessinger.

Presenças

Estiveram presentes no evento o presidente da Agtur, Cristiano Rodrigues; o presidente da Fundação Cultural, Gerson Alves; o presidente da Associação de Motociclistas Estradeiros, Aroldo Preto; e o organizador do PMW Rock Festival, Gustavo Andrade.



Dilma é a presidente que menos demarcou terras indígenas, diz relatório do Cimi
SÍTIO O GLOBO, 17.07.2014

Grande quantidade de crianças mortas nas comunidades preocupa o Conselho Indigenista Missionário

BRASÍLIA — A presidente Dilma Rousseff é a líder do Executivo federal que menos demarcou terras indígenas no atual período democrático, como cita o relatório "Violência contra os povos indígenas no Brasil - Dados de 2013", divulgado na manhã desta quinta-feira na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). O documento é elaborado desde 1985 - ano do fim da ditadura militar - pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), vinculado à CNBB e referência na defesa dos direitos dos povos indígenas no Brasil.

A divulgação do relatório foi uma oportunidade para duras críticas a Dilma, que teria "interesses eleitoreiros" na paralisação da demarcação de terras indígenas. O relatório relaciona essa queda nas homologações à persistência da violência contra os índios.

— Houve uma paralisação de todos os processos imposta pela presidente. Está em curso um lento genocídio indígena. A política é de favorecimento aos interesses privados do agronegócio, a empreiteiras e a mineradoras. Isso encontra ressonância no governo, que tem interesses eleitoreiros — disse o presidente do Cimi, dom Erwin Krautler, bispo da Prelazia do Xingu.

Nos três primeiros anos da gestão da presidente Dilma, como consta no relatório do Cimi, houve apenas 11 homologações de terras indígenas, uma média de 3,6 por ano. Nos oito anos da administração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foram 79 homologações, média de 10 por ano. As gestões de Fernando Henrique Cardoso fizeram 145 homologações em oito anos, 18 por ano. Os antecessores também demarcaram mais terras do que Dilma, segundo o relatório: 9 por ano na gestão de Itamar Franco; 56 por ano no período de Fernando Collor de Melo; e 13 por ano na presidência de José Sarney.

O Cimi sustenta ainda que apenas uma homologação foi assinada no ano passado, a terra indígena Kayabi, no Pará. Mas nem esse procedimento de demarcação foi concluído em 2013, por conta de uma liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) contra o registro em cartório. "Terminamos 2013 sem nenhum procedimento demarcatório concluído", cita o relatório.

Nos últimos 11 anos, de 2003 a 2013, 616 índios brasileiros foram assassinados, uma média de 56 por ano. No ano passado, a quantidade ficou um pouco abaixo da média. Foram 53 assassinatos, conforme o relatório do Cimi. Mais da metade desses homicídios ocorreu em Mato Grosso do Sul.

SUICÍDIOS CRESCEM

CONT.



A quantidade de suicídios nas terras indígenas, por sua vez, teve um aumento de 2012 para 2013: de 53 a 73 casos. A maioria é jovem, do sexo masculino e usa o enforcamento como método. Mais uma vez, o maior número de casos foi registrado em Mato Grosso do Sul, junto ao povo Guarani-Kaiowá, que vem sofrendo um processo de expulsão e disputa de madeireiros por suas terras.

Uma preocupação do Cimi é com a grande quantidade de crianças mortas nas comunidades indígenas. Somente entre janeiro e novembro de 2013, houve 693 mortes de crianças entre 0 e 5 anos de idade, a maioria no Distrito Sanitário Especial Indígena dos Yanomami, em Roraima. O distrito registrou 124 mortes em 2013, ante 70 em 2012.

— O relatório traz de maneira muito forte como 2013 foi um ano de reações anti-índigenas. A discriminação ocorreu em todos os âmbitos: no Parlamento, com diferentes projetos; no Executivo, com a paralisação das demarcações das terras indígenas; e no âmbito da sociedade civil, com várias manifestações contrárias aos índios — afirmou Lúcia Helena Rangel, professora de Antropologia da PUC-SP e uma das responsáveis pelo relatório.



Povos indígenas do rio São Francisco se encontram em Porto Seguro
SÍTIO PORTAL ABRANTES, 17.07.2014

Seminário reunirá cerca de 200 lideranças na aldeia Pataxó Barra Velha

Na diversidade populacional da Bacia do Rio São Francisco vivem 32 povos indígenas de diferentes etnias, em mais de 50 territórios espalhados por seis estados brasileiros: Minas Gerais, Goiás, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Essas populações, estimada em 100 mil índios, estarão representadas no III Seminário dos Povos Indígenas da Bacia do Rio São Francisco, que acontece nos dias 18, 19 e 20 de julho, na aldeia Pataxó Barra Velha (a 200km de Porto Seguro, Sul da Bahia). A expectativa do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - CBHSF, organizador do encontro, é reunir cerca de 200 lideranças indígenas da bacia, além de representantes de povos de outros estados, como Espírito Santo, Ceará e Paraíba.

No seminário, estão previstas discussões referentes aos problemas de abastecimento de água que hoje afetam diversas regiões do Velho Chico e suas populações ribeirinhas, incluindo os indígenas. Além disso, o fortalecimento do Dia Nacional em Defesa do Velho Chico, os projetos de recuperação hidroambiental financiados com recursos da cobrança pelo uso da água em território aborígene e a criação de uma agenda interna dos povos indígenas completam a pauta do evento.

Segundo o coordenador da Câmara Consultiva Regional (CCR) do Submédio São Francisco, o cacique Uilton Tuxá, a escolha de Porto Seguro – mesmo não sendo um município da bacia do Velho Chico – se dá por questões de integração. “Queremos interagir com os povos indígenas do litoral e passar para eles a nossa luta em benefício do rio São Francisco”, disse. Na mesma semana, Porto Seguro sediará a Assembleia Geral da APOINME – Articulação dos Povos e Organizações indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo. “É uma oportunidade para mostrar o trabalho que vem sendo realizado pelo Comitê, junto aos povos indígenas”, afirmou o cacique.

Índios no Comitê - Além de Uilton Tuxá, que integra a Aldeia Tuxá – Rodelas/Bahia, o Comitê da Bacia do Rio São Francisco tem em seu colegiado outros três representantes indígenas: Iveraldo Pereira Junior (Aldeia Fulni-ô/Pernambuco); Ricardo de Campos (Aldeia Tingui-Botó/Alagoas); e Anália Aparecida da Silva (Aldeia Tuxá – Pirapora/Minas Gerais). Entre as tribos que habitam a bacia do velho Chico estão: Xucuru, Tuxá, Aranã, Pankararu, Tingui-Botó e Fulni-ô.

Assessoria de Comunicação



Incêndios criminosos voltam a ocorrer na Terra Indígena mais devastada da Amazônia Legal

SÍTIO 24 HORAS NEWS, 17.07.2014

Xavantes fazem uso tradicional do fogo para caça e roça, porém este uso é controlado

No início de julho de 2014, um grupo de guerreiros Xavante da Terra Indígena (TI) Marãiwatsédé flagrou dois motoqueiros parados em uma estrada dentro da Terra Indígena, próximo a focos de incêndio. Este não é o único caso de incêndio criminoso dentro da TI Marãiwatsédé feito por não-indígenas. Os indígenas denunciam incêndios criminosos ao longo da BR-158 que corta a Terra Indígena de norte a sul e também na BR-242 que margeia a fronteira norte da Terra Indígena de leste a oeste. Além de áreas de antigas fazendas dentro do território indígena.

As denúncias vão de encontro com os mapas do projeto "De olho no Xingu", monitoramento mensal de focos de queimadas nos municípios da bacia do Xingu feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) a partir de dados do INPE. De acordo com o monitoramento, no mês de junho de 2014, os principais focos de queimadas dentro da TI Marãiwatsédé ocorreram justamente próximo às rodovias na porção norte da Terra Indígena.

O povo Xavante faz uso tradicional do fogo para caça e roça, porém este uso é controlado. Nota-se a diferença entre o número de focos de queimada próximo à aldeia xavante (somente um ponto na porção sudoeste da Terra Indígena) com os focos de queimada na porção norte da Terra Indígena. Segundo o boletim, foram cerca de 60 focos de queimadas dentro da TI Marãiwatsédé no mês de junho de 2014.

Outro dado revelado é o aumento expressivo do número de queimadas em junho de 2014 em relação à junho de 2013. Em São Felix do Araguaia, foram registrados 60 focos de incêndios em junho deste ano contra 7 no mesmo mês no ano passado, enquanto em Alto Boa Vista, houve 80 focos, contra 28 no mesmo período em 2013. Os dados são preocupantes pois estamos ainda no início da época de seca na região, que se estende até meados de outubro. O período de proibição de queimadas em Mato Grosso iniciou em 15 de julho e vai até 15 de setembro de 2014.

O grupo de guerreiros Xavante que vivem na Aldeia Marãiwatsédé tem realizado vigilâncias periódicas dentro da TI Marãiwatsédé, de 165.241 hectares, localizada nos municípios de Bom Jesus do Araguaia, Alto Boa Vista e São Felix do Araguaia, no nordeste mato-grossense. A vigilância visa observar vestígios de invasão ou ações ilícitas por não-indígena dentro da Terra Indígena. Isso porque o seu território tradicional permaneceu invadido por décadas e a TI Marãiwatsédé, embora homologada por decreto presidencial em 1998, só teve a desintrusão total de não-indígenas no final de 2012 e início de 2013. Desde então, os indígenas juntamente com as forças de segurança do Estado Nacional tem lutado pela proteção da Terra Indígena e da comunidade Xavante.

CONT.



Todo ano, as queimadas criminosas e descontroladas são a maior ameaça ambiental à Terra Indígena Marãiwatsédé. Os incêndios não permitem a regeneração da vegetação, que foi desmatada e degradada pela invasão por fazendas ao longo das últimas décadas. Além disso, as queimadas prejudicam a qualidade e umidade do ar, aumentando a incidência de doenças respiratórias dentro da aldeia.

Na quarta-feira, 16, mais um incêndio foi registrado na Reserva Indígena Areões, dos índios Xavantes, na altura da Fazenda Tropical, no município de Água Boa. O fogo tomou grandes proporções e consumiu grande quantidade da vegetação as margens da rodovia, adentrando a reserva. Todos os anos o fogo consome a maioria da reserva indígena, e muitos culpam a população indígena pelo fogo.



Curso de línguas promovido pela UFOPA valoriza cultura indígena

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, 17.07.2014

Entrar em contato com outra cultura através do idioma é o desafio encarado por 73 pessoas que participam das aulas de línguas Munduruku e Nheengatu, em curso de férias realizado desde o dia 2 de julho no Centro Indígena Maíra. O curso é uma iniciativa da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), através do Programa de Extensão Patrimônio Cultural na Amazônia e Grupo Consciência Indígena. A atividade conta ainda com o apoio das Pró-Reitorias de Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE) e de Assistência estudantil (PROGES), do Conselho de Indígenas dos rios Tapajós e Arapiuns, da Rádio Rural de Santarém, da Associação Frades Menores na Amazônia e da Associação Indígena do Município de Barcelos – AM.

Nesta etapa, que vai até 31 de julho, é repassada a formação básica da gramática, pronúncia e lógica própria de cada língua. Na segunda etapa, que será realizada em janeiro de 2015, os alunos receberão uma formação mais completa e aprofundada, com a qual poderão se tornar professores destes idiomas.

Apesar de ter a língua como destaque, o curso também enfatiza outras características culturais e procura valorizar de forma geral as etnias indígenas da Amazônia. A metodologia chamou atenção de Amasa Carvalho, professora da UFOPA que pretende aprender o Nheengatu para facilitar as aulas com alunos indígenas. “Percebemos muito claramente o respeito que eles tem com os animais, o sentimento de grupo através da partilha. Essa visão de mundo é tão importante aprender quanto a língua em si”, declara Amasa. O curso atraiu professores, estudantes e admiradores da cultura indígena. É o caso de Arilson Santos, de 18 anos, que sempre foi fascinado pelo modo de vida indígena e pretende entrar na universidade para ser pesquisador na área. “Essas línguas são muito bonitas e todas elas trazem uma grande história. Isso sempre me chamou a atenção”, destaca o jovem.

No Brasil, são faladas atualmente 200 línguas indígenas. O Diretor de Ações Afirmativas da UFOPA, Prof. Florêncio Vaz, explica que a escolha do Nheengatu e do Munduruku para a oferta destes cursos se deve à importância histórica que os dois idiomas têm para a região. De acordo com o professor, o Nheengatu era falado fluentemente em toda região de Santarém até a segunda metade do século XIX. Hoje, os 11 povos indígenas da região estão resgatando ou reaprendendo esta língua, que já é ensinada nas escolas indígenas. O Munduruku também era falado em todo o vale do rio Tapajós e ainda é usado fluentemente no médio e alto Tapajós. Também há aldeias no baixo Tapajós que estão em processo de aprendizagem da língua Munduruku.

Ao fim desta etapa do curso, no dia 31 de julho, será realizada uma cerimônia indígena de formatura com cantos em Nheengatu e Munduruku, danças, confraternização com comidas e bebidas indígenas, além da entrega dos certificados aos participantes. A programação inicia às 18h no Centro Indígena Maíra e é aberta à população.

Carlos Eduardo Joseph



Polícia Federal deporta indígenas venezuelanos com estada irregular no Brasil

SÍTIO JUSTIÇA EM FOCO, 17.07.2014

Boa Vista/RR – A Polícia Federal deportou (10/7), 28 indígenas venezuelanos, da etnia Warao e Paseo Orinoca, que estavam com a estada irregular no Brasil, nos termos da Lei do Estrangeiro (Lei nº 6.815/80).

Segundo informado pelos indígenas deportados, eles vieram para Boa Vista, no intuito de exercer o comércio e, atualmente, estavam sobrevivendo por meio de donativos em dinheiro utilizados para comprar alimentos e roupas, os quais eram fornecidos pela população nos semáforos da região central.

Os indígenas, juntamente com os filhos (20 crianças), foram transportados de ônibus até a cidade de Pacaraima/RR, e encaminhados à Venezuela.

Também foi deportado um artista de rua venezuelano, por não cumprir notificação para deixar o país, bem como foi autuado um indígena venezuelano por excesso de prazo de estada no Brasil.



Emater/RS-Ascar realiza capacitação para indígenas em Benjamin Constant do Sul
SÍTIO JORNAL BOA VISTA, 17.07.2014

Dentro das ações de execução do Programa de Erradicação da Pobreza Extrema - Fomento Indígena, a Emater/RS-Ascar realizou uma capacitação com orientações para Acesso a Políticas Públicas e Direitos Sociais para indígenas. A atividade foi realizada na Terra Indígena Guabiroba da etnia Guarani em Benjamin Constant do Sul com a participação de nove beneficiárias do programa na comunidade. O técnico do escritório municipal da Emater/RS-Ascar, Douglas Dal Piva, falou sobre o Programa Fomento e das próximas etapas a serem realizadas com as famílias.

O dentista Lessandro Dalla Costa falou sobre a saúde bucal e deu orientações sobre escovação e higiene bucal. A técnica em enfermagem Carla Framento orientou sobre higiene corporal, prevenção de doenças, higiene da casa, importância do acompanhamento pré-natal em gestantes e sobre o calendário vacinal das crianças. A coordenadora do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS), Camila Osmarin, e a responsável pelo Cadastro Único no município, Marcela Andrade, falaram sobre o Programa Bolsa família, condicionalidades para manter o recebimento dos benefícios, deveres e direitos sociais das famílias beneficiárias, e da importância de manter os cadastros atualizados e entre outros esclarecimentos.



Ministério Público Federal e gestores públicos ouvem comunidade Indígena Laranjal em Jardim

SÍTIO FRONTEIRA NEWS, 17.07.2014

Representantes de diversos setores públicos das esferas federal estadual e municipal estiveram no dia 16 de julho em reunião com a comunidade do Acampamento Indígena Laranjal, localizado no município de Jardim.

A reunião foi uma iniciativa do Ministério Público Federal através da Procuradoria da República, onde os Procuradores da República juntamente com representantes da FUNAI, SESAI, DNIT, AGRAER, Prefeitura Municipal de Jardim e Câmara de Vereadores ouviram os questionamentos e solicitações da comunidade indígena local.

Também foram tratados assuntos como a demarcação da terra indígena e a prestação de serviços públicos essenciais aos índios daquela comunidade, que de acordo com o Procurador da República, Ricardo Pael Ardenghi, “é de dever de todos os órgãos públicos zelar pelo bem estar da comunidade indígena, principalmente nos quesitos de Educação e Saúde Básica, de competência da administração municipal.”

“Prestar assistência aos indígenas é responsabilidade de todo o poder público inclusive da prefeitura e da câmara municipal, nessas reuniões convidamos prefeitos e vereadores para promover uma aproximação entre a comunidade e os gestores públicos,” disse.

O vice prefeito, Renato Miranda e os vereadores, Professor Serginho e Zé Preto acompanharam os procuradores até o local e participaram da reunião se interagindo dos fatos e falando sobre o que já acontece em atendimento realizado pela prefeitura.

Falando pelo grupo de 32 habitantes do acampamento, a indígena Lucia disse que não existem reclamações quanto à saúde e educação, elogiando o atendimento das unidades de saúde de Jardim, que sempre tem atendido a comunidade quando é necessário. Ela também agradeceu pelo trabalho do Transporte Escolar realizado, contando que o ônibus passa regularmente de manhã e de tarde no local levando os alunos até a Escola Municipal Estácio Cunha Martins, no Distrito do Boqueirão, estando todas as crianças matriculadas e frequentando as aulas.

“Ficamos felizes com as palavras de Dona Lúcia, que mostrou que a prefeitura de Jardim está fazendo a sua parte. Isso nos mostra que estamos no caminho certo, cumprindo com nossas obrigações em atenção com toda a população sem nenhum tipo de omissão ou exclusão social,” disse o vice prefeito Renato Miranda.

Estiveram presentes os Procuradores da República Ricardo Pael Ardenghi e Luciana de Miguel Cardoso Bogo; o representante da FETAGRI, José Martins; o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim, Oscar Maciel; o responsável pelo polo base Bonito/MS da

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 123 / 2014

Brasília, 18 de julho de 2014.

Secretaria Especial de Saúde Indígena, Luiz Leite de Souza; a Enfermeira do polo base Bonito/MS da Secretaria Especial de Saúde Indígena, Thaisa Dias; o Engenheiro do DNIT, Carlos Madri; o Chefe de Divisão FUNAI Dourados, Sílvio Raimundo da Silva; o Procurador Federal da PFE/FUNAI-Dourados, Leandro Konjedic; o Indigenista Especializado, Mauricio José; o Indigenista Especializado, Crizantho Alves Fialho Neto; a Diretora do Departamento de Agropecuária e Agricultura Familiar, Tânia Maria Miranda; o Controlador Interno, Celso Arruda e o Procurador Geral de jardim, Juliano da Cunha Miranda.

Fonte: Hudson Lauro



Bahia fica em 3º lugar em ranking de mortes de indígenas em 2013, aponta relatório
SÍTIO VOZ DA BAHIA, 17.07.2014

O Conselho Missionário Indigenista (Cimi), entidade ligada à Igreja Católica, aponta que 53 índios foram vítimas de homicídios em 2013. A média equivale a quase uma morte por semana. Apesar do alto índice, houve redução de 11,7% do número de mortes em comparação com o ano anterior.

As informações fazem parte do relatório Violência Contra os Povos, organizado pelo Cimi. O estado que registrou mais casos foi Mato Grosso do Sul, onde foram contabilizadas 33 ocorrências. No estado, 31 mortos eram da etnia guarani-kaioiwá, de acordo com a entidade.

Rondônia aparece na segunda colocação, com seis casos, e a Bahia em terceiro, com quatro mortes. "A constatação de que, a cada 100 indígenas que morrem no Brasil, 40 são crianças torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida", critica Dom Erwin Kräutler, bispo da Prelazia do Xingu e presidente do Cimi. (BN)



Reunião informa sobre nova lei de acesso e repartição de benefícios

SÍTIO JORNAL BRASIL, 17.07.2014

Representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais participaram de reunião no Ministério do Meio Ambiente (MMA), na manhã desta terça-feira (15), para receber informações sobre o conteúdo do novo projeto de lei que trata da biodiversidade brasileira além de estimular a bioindústria e as atividades de pesquisa na área.

A proposta, já encaminhada à apreciação do Congresso Nacional em regime de urgência, objetiva, também, a valorização do conhecimento dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

O projeto regulamenta proposição da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade (ABS, na sigla em inglês).

Na agenda das discussões, organizada pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA, estão os tópicos 'Uma agenda positiva de acesso com vistas à repartição de benefícios', 'Um novo marco legal de ABS para um país megadiverso como o Brasil', 'Previsões e inovações na proposta de lei de acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados', 'A tramitação do novo marco legal de ABS no Congresso Nacional' e 'Marco legal e normas infralegais no regime de acesso e repartição de benefícios'.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente

Indígenas acusam empresa de desflorestação ilegal

SÍTIO FÁTIMA MISSIONÁRIA, 17.07.2014



Comunidade pede a intervenção urgente das autoridades para travar o avanço das máquinas numa zona do Paraguai classificada como reserva natural e território ancestral dos nativos

Os índios Ayoreo Totobiegosode - um dos poucos povos originários da América que ainda tem comunidades que não contactaram com «o homem branco» - lançaram um apelo às autoridades do Paraguai e à comunidade internacional para travarem a desflorestação ilegal que está a ser promovida por uma empresa brasileira em território indígena.

As terras dos Ayoreo estendem-se desde o sul da Bolívia até ao sul do Paraguai e são consideradas como reserva natural e cultural e território ancestral dos nativos. Segundo Júlio Duarte, advogado dos indígenas, existem estudo geográficos, jurídicos e antropológicos suficientes para demonstrar que o território que pertence historicamente aos índios ascende a 550 mil hectares, uma área que anda a ser reclamada desde 1993.

Em abril, o Conselho Nacional do Meio Ambiente do Paraguai recomendou o cancelamento da licença concedida à empresa, depois de examinar os pareceres das comissões de Biodiversidade, Povos Indígenas, Legislação Ambiental e Assuntos Internacionais, mas os trabalhos têm prosseguido à revelia de uma resolução governamental e de uma sentença do Tribunal de Contas. Se o desmatamento prosseguir, «a vida dos nativos em isolamento voluntário corre perigo, devido à devastação crescente do seu território», alertam os Ayoreo.



Decretada prisão de dois acusados de matar adolescente

SÍTIO CORREIO DO ESTADO, 17.07.2014

Arlindo Freita Ramires, 28 anos , o 'Bexiga' e Rosimar Viego, 19 anos, o 'Caliaí', tiveram a prisão temporária decretada ontem (16), pela Justiça. Eles são acusados de participação na morte da adolescente Michele Montanha, 14 anos, no último dia 5 de julho, na Reserva Indígena de Dourados.

Além da dupla, outros quatro jovens, de 15 anos, foram apreendidos e encaminhados na terça-feira (15) para a Unidade Educacional de Internação (Unei).

De acordo com o site de notícias Dourados News, o delegado do Setor de Investigações Gerais (SIG) da Polícia Civil, Adilson Stiguivitis, que comanda o caso, terá 30 dias para concluir o inquérito e representar contra o grupo.

Entenda o caso

No dia 5 de julho, o grupo retornava de uma festa na reserva indígena, quando encontraram a adolescente no caminho. Um dos jovens tentou manter relação sexual com a vítima, que negou. Em seguida, ele a estuprou e o fato se repetiu com os outros cinco rapazes.

Após consumarem o ato, eles resolveram matá-la. O corpo de Michele foi encontrado no dia 10 de julho, num milharal. Lideranças indígenas começaram a investigar e acionaram a Força Nacional de Segurança, que auxiliou na detenção dos acusados.

Na segunda-feira, cinco envolvidos foram levados até a Polícia Civil e autuados pelo caso. No dia seguinte, outro jovem acabou preso. A polícia investiga ainda a possibilidade de outras pessoas estarem envolvidas com o caso.



Quilombolas da Comunidade Kalunga do Mimoso recebem orientações da Defensoria Pública

SÍTIO CONEXÃO TOCANTINS, 17.07.2014

Servidores e Membros da Defensoria Pública do Tocantins estiveram na Comunidade Kalunga do Mimoso, localizada no município de Arraias, para orientar, fazer acompanhamento sobre as demandas locais e mediar pequenos conflitos existentes.

A Defensoria Pública vem acompanhando os Quilombolas daquela localidade desde 2012, onde já foram oficiadas as Instituições Públicas no sentido de resolver as demandas essenciais da comunidade, a exemplo de fornecimento de água, energia elétrica, escolas, transporte, estradas, serviços médicos e odontológicos e o principal a regularização da área em que vivem.

Em relação à escola, os moradores relataram que as obras da Unidade Escolar Pólo estão paradas e enquanto isso as crianças e adolescentes tem que andar por quilômetros e ainda frequentar um espaço pequeno, sem energia elétrica, água tratada e nem banheiros. E que nos próximos dias o horário das aulas será somente pela manhã, pois a tarde não tem como devido ao calor e o período seco.

A estrada principal está bem melhor, mas o trabalho não foi estendido para os trechos vicinais e com isso há locais que carros e até mesmo o ônibus escolar não tem acesso. Essa melhora possibilitou que fosse colocada uma linha que três vezes por semana leva os moradores até a cidade de Arraias.

A questão da saúde ainda está deficitária. No período de um ano e três meses só aconteceu uma visita de um único médico, e o atendimento odontológico prometido ainda não foi realizado.

Em relação ao dinheiro doado pela Enerpeixe S.A. para ser revertido em benefício da comunidade, foi decidido o modelo e a marca da beneficiadora de arroz a ser comprada, bem como definido o local onde deverá ser instalada, faltando agora a construção do galpão para alojar o equipamento, bem como o treinamento, regulamentação de uso e os responsáveis pela administração da máquina.

Os defensores público Hud Ribeiro e Pedro Alexandre Conceição Aires repassaram aos quilombolas tudo o que foi feito para resolver os problemas da Comunidade, checando se tudo o que foi informado via ofício pelos órgãos públicos havia sido solucionado e as demandas ainda em aberto serão cobradas das Instituições responsáveis.

Os defensores públicos ainda promoveram um acordo entre vizinhos que entraram em conflito por conta de demarcação de área e colocação de uma cerca. Um das partes alegava que estava no local errado, a outra dizia que não. Depois de muita divergência e intermediações, as duas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 123 / 2014

Brasília, 18 de julho de 2014.

partes entenderam a necessidade de buscar o entendimento que será feito através de documento onde ficarão discriminadas as modificações a ser feitas, bem como as regras de boa convivência entre eles.

Ainda como encaminhamento, a Defensoria Pública deverá marcar uma reunião com a Ruraltins em busca de solucionar a falta de orientação técnica existente no local, que ajudaria bastante a comunidade no plantio de culturas de subsistência e até mesmo de produção para geração de renda. (Ascom Defensoria)



Queda da violência contra índios não significa menos conflitos, diz coordenadora
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.07.2014

Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil

Uma das coordenadoras do relatório Violência contra os Povos Indígenas no Brasil, divulgado hoje (17) pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a antropóloga Lúcia Helena Rangel explicou que o fato de os indicadores de violência contra os índios e seus territórios terem diminuído em 2013, na comparação com 2012, não significa que os conflitos por terras ou os problemas decorrentes da falta de assistência pública tenham se atenuado.

O relatório identifica 53 assassinatos durante o ano passado, contra 60 em 2012. Os casos incluem, por exemplo, o do cacique Ivan Tenharim, da Terra Indígena Tenharim Marmelos, na cidade Costa Marques, no Amazonas, morto em dezembro; o dos tupinambás Aurino Santos Calazans, Agenor de Souza Júnior e Ademilson Vieira dos Santos, mortos a tiros quando retornavam à Terra Indígena Tupinambá de Olivença, na Bahia.

O resultado que mais variou, entre 2012 e 2013, diz respeito ao total de índios que sofreram algum tipo de violência por omissão do Poder Público. Enquanto, no ano retrasado, eram 106.801 vítimas, no ano passado o Cimi identificou 8.014 casos. Entram nesse quesito os reflexos da falta de assistência escolar e à saúde indígena, além da ausência de políticas públicas que impeçam a disseminação de bebidas alcoólicas e outras drogas entre a comunidade e até tentativas de suicídio, segundo a entidade. "A questão sobre se há ou não uma tendência à diminuição da violência sempre surge. Não há uma tendência. Há, sim, uma oscilação ao longo dos anos. Por isso, não temos como dizer se a violência está diminuindo ou aumentando", comentou a pesquisadora durante a divulgação do documento.

Além do número menor de assassinatos e da redução dos casos de violência por omissão do Poder Público, também caíram os números de homicídios culposos (21 casos em 2012 contra 13, em 2013); tentativas de assassinatos (1.024 contra 328); violência sexual (12 contra dez); ameaças de morte (30 contra 14) e abuso de poder (15 contra 6).

Os casos de suicídio, no entanto, mais que dobraram passando de 23 para 56. Já o total de mortes por falta de assistência à saúde (7), se manteve inalterado. Outro item que aumentou foi as denúncias de racismo e discriminação étnico-cultural. Enquanto em 2012, o relatório registrava 14 casos, em 2013 o total subiu para 3.618 ocorrências. "A liberdade de expressão anti-indígena no Brasil, que já era grande, está aumentando. Ninguém mais tem vergonha de se manifestar contra os índios", declarou Lúcia.

Como em anos anteriores, a organização, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), reconheceu a dificuldade em se obter dados precisos, já que recorre a várias fontes como relatos e denúncias dos próprios povos e organizações indígenas; missionários do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 123 / 2014

Brasília, 18 de julho de 2014.

conselho; reportagens de jornais, sites e agências de notícias; órgãos públicos que prestam assistência; Ministério Público, além de relatórios e boletins policiais.

Edição: Denise Griesinger



MPF/SE quer rapidez na análise da criação da Reserva Extrativista do Litoral Sul
SÍTIO PR/SE, 17.07.2014

Medida beneficiará populações tradicionais como pescadores e catadoras de mangaba

O Ministério Público Federal em Sergipe iniciou uma mobilização dos órgãos interessados e comunidades tradicionais pela agilização da criação da unidade de conservação Reserva Extrativista (Resex) do Litoral Sul, que deve abranger áreas dos municípios de Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda e Santa Luzia do Itanhhy. Na região, comunidades tradicionais como pescadores, marisqueiras e catadoras de mangaba estão sendo impedidas de ter acesso ao mar e às áreas de restinga e mangue, das quais dependem para sua subsistência.

De acordo com a procuradora Livia Nascimento Tinôco, a região também conta com áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombolas. Com isso, foi solicitado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) que identifiquem as áreas pertencentes à União para facilitar o acesso a tais áreas pelas comunidades tradicionais até que seja criada a reserva.

“As primeiras denúncias sobre as dificuldades dessas comunidades foram trazidas ao MPF em 2010, quando abrimos um procedimento administrativo para acompanhar o caso”, explica a procuradora. De lá pra cá, o processo de criação da Resex pouco avançou e está há dois anos em análise no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

“O acesso ao mar e às áreas de mangue e restinga é essencial para a subsistência dessas comunidades, que tradicionalmente têm no extrativismo de peixes, caranguejos, mariscos e frutas a sua principal atividade econômica. Esta atividade está hoje ameaçada por agressões ao meio ambiente e pela especulação imobiliária, por isso a importância da criação da reserva”, completa a procuradora.

Outras medidas – Para garantir o imediato acesso dessas comunidades ao mar, o MPF estuda medidas judiciais contra os proprietários de portos que impedem a passagem dos pescadores, especialmente em Santa Luzia do Itanhhy e Estância, onde se encontram os problemas mais graves.

O procedimento administrativo está registrado no MPF/SE com o número 1.35.000.000315/2010-66.

Assessoria de Comunicação
Ministério Público Federal em Sergipe
(79) 3301-3874 / 3301-3837
prse-ascom@mpf.gov.br
Twitter: @MPF_SE
Facebook: Facebook.com/MPFSergipe



Inkra reconhece comunidade quilombola no Ceará

SÍTIO VERMELHO, 17.07.2014

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publicou portaria no Diário Oficial da União (DOU) que reconhece e declara como terras da comunidade quilombola de Três Irmãos uma área de 2.946,9375 hectares localizada nos municípios cearenses de Croatá e Ipueiras.

A publicação encerra fase de análise e julgamento de contestações acerca de estudos realizados pela superintendência da autarquia no Ceará que reconheceram a presença de 15 famílias remanescentes de quilombos, além de terem delimitado a área onde será criado o território quilombola.

O reconhecimento definitivo pelo Incra possibilita às famílias quilombolas de Três Irmãos a regularização fundiária de suas terras, com entrega de título de propriedade coletivo em nome de uma associação comunitária local. As famílias aguardam agora a publicação de decreto presidencial definindo a área como de interesse social para desapropriação, com o objetivo de criação do território.

Regularização

O processo de regularização dessas áreas começa quando a comunidade quilombola solicita ao Incra a abertura de processo administrativo. A autarquia então realiza estudos antropológicos, agrônômicos e cartográficos, que são reunidos em um Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Aprovado em definitivo após análise e julgamento de contestações e recursos em segunda instância, o Incra publica a Portaria de Reconhecimento que declara os limites do território quilombola.

Fonte: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária



Omissão do governo é a maior causa da violência contra os indígenas no Brasil
SÍTIO CEDEFES, 18.07.2014

Os dados do relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil referentes a 2013 evidenciam que a política indigenista em curso no país é omissa no que tange ao cumprimento das diversas obrigações constitucionais e da efetivação dos direitos indígenas. A total paralisação dos processos de demarcação de terras indígenas, os altos índices de mortalidade infantil, suicídio, assassinato, racismo e de desassistência nas áreas de saúde e educação indicam uma atitude de extremo descaso do governo em relação às populações indígenas. Na publicação, organizada pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a falta de empenho e vontade política na proteção e promoção dos direitos desses povos fica evidente também em uma análise dos dados do Orçamento Geral da União de 2013.

Um dos mais explícitos indícios da omissão governamental foi a total paralisação das demarcações de terras indígenas no ano passado, que teve um reflexo direto no acirramento dos conflitos nas aldeias em todo o país. Apesar de uma homologação ter sido assinada, nenhum procedimento demarcatório foi concluído em 2013. Desse modo, a média anual de terras demarcadas da presidenta da República Dilma Rousseff diminuiu para 3,6, a pior média desde o fim da ditadura militar, consolidando-a como a chefe de Estado que menos demarcou terras indígenas na história recente do país.

De acordo com os dados do relatório, das 1.047 terras indígenas reivindicadas pelos povos atualmente, apenas 38% estão regularizadas. Cerca de 30% das terras estão em processo de regularização e 32% sequer tiveram iniciado o procedimento de demarcação por parte do Estado brasileiro. Das terras indígenas regularizadas, em termos de extensão territorial, 98,75% se encontram na Amazônia Legal. Enquanto isso, 554.081 dos 896.917 indígenas existentes no Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, vivem nas outras regiões do país, que têm apenas 1,25% da extensão das terras indígenas regularizadas.

Existem 30 processos de demarcação de áreas já identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como terras indígenas tradicionais que não têm nenhum impedimento administrativo ou litígio judicial. Ou seja, não há nenhuma pendência ou obstáculo para a efetivação da demarcação dessas terras. Desses 30 processos, 12 dependem somente da assinatura da Portaria Declaratória pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, 17 terras indígenas aguardam a homologação pela presidenta da República, Dilma Rousseff, e um processo aguarda a expedição do Decreto de Desapropriação, também pela presidenta Dilma. Outros cinco processos estão na mesa da presidenta da Funai, Maria Augusta Assirati, aguardando apenas a assinatura de aprovação do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação. Estes dados evidenciam ainda que a proposta de realizar Mesas de Diálogo como forma de resolver a morosidade dos processos de demarcação e os conflitos fundiários foi totalmente fracassada.

CONT.



De acordo com a Constituição Federal, todas as terras indígenas deveriam ter sido demarcadas até 1993. No entanto, os compromissos assumidos com os setores vinculados ao agronegócio, às empreiteiras, mineradoras e empresas de energia hidrelétrica impossibilitam o governo de cumprir suas obrigações constitucionais. Os interesses privados destes grupos encontram ressonância na política desenvolvimentista praticada pelo governo e também em seus interesses eleitoreiros. "Como é de conhecimento público, estes setores são justamente os inimigos históricos dos povos indígenas e os principais responsáveis pelos massacres, etnocídios e espoliações dos territórios destes povos, além de outros tipos de violência", evidencia Cleber Buzatto, secretário executivo do Cimi.

demarca

Também não é pela falta de recursos financeiros que as demarcações não foram realizadas. Nos desdobramentos do programa Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato existe uma ação denominada "Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas", cuja dotação orçamentária em 2013 foi de R\$ 21,642 milhões. No entanto, foram liquidados apenas R\$ 5,4 milhões (ou 24,96% do montante). "Observa-se, portanto, que muitos outros procedimentos administrativos poderiam ter sido conduzidos com os 76,04% dos recursos que deixaram de ser aplicados. Portanto, as razões para a não demarcação são vinculadas ao plano político e aos projetos de desenvolvimento do país, nos quais os povos indígenas têm sido considerados irrelevantes e desnecessários", afirma Iara Bonin, em sua análise sobre a execução orçamentária.

Apesar do orçamento para a assistência em saúde indígena, segundo a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), ter quadruplicado nos últimos quatro anos, ela continuou marcada por uma absoluta omissão na implementação de ações – algumas bastante básicas – que poderiam salvar milhares de vidas anualmente. Um exemplo devastador dessa omissão é o índice de mortalidade infantil em 2013. Dados da Sesai informam que morreram 693 crianças de 0 a 5 anos entre os meses de janeiro e novembro. O caso mais impressionante é o do Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei) Yanomami, em Roraima, com 124 mortes. Enquanto a Sesai relata que nesse mesmo período ocorreram 17 mortes de crianças menores de 5 anos no Mato Grosso do Sul, dados mais recentes do Dsei, de abril de 2014, apresentam um total de 90 óbitos de crianças menores de 5 anos somente neste estado, entre os meses de janeiro a dezembro. Ainda de acordo com o Dsei/MS, o coeficiente de mortalidade infantil de menores de 5 anos é de 45,9 para cada 1.000 indígenas nascidos, mais que o dobro da média nacional em 2013, que é de 19,6 segundo o IBGE, variando de acordo com as regiões.

Novamente, verifica-se que o problema não está relacionado à falta de recursos. Para o programa Saneamento Básico em Aldeias Indígenas para Prevenção e Controle de Agravos foi autorizada a execução de R\$ 27,7 milhões, mas o governo utilizou irrisórios 1,39%, deixando de aplicar, portanto, R\$ 27,3 milhões. A utilização destes recursos para a construção de poços artesianos em várias regiões brasileiras certamente diminuiria o índice de doenças e agravos que vitimizam especialmente as crianças, como a diarreia. "Apesar de todas as denúncias apresentadas pelo movimento indígena e por entidades indigenistas, além de ações judiciais impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF), o governo federal mantém-se insensível frente às mortes causadas por doenças facilmente tratáveis", considera Roberto Liebgott,

CONT.



representante do Cimi na Comissão Intersetorial de Saúde Indígena (Cisi).

O Mato Grosso do Sul continua sendo o estado que mais viola os direitos indígenas. Em 2013 foram registradas no estado 33 vítimas de assassinatos (62% do total no país), 16 casos de tentativas de assassinatos (de um total de 29 no país) e, segundo a Sesai, 73 vítimas de suicídios. Este índice configura-se como o maior em 28 anos, de acordo com os registros do Cimi. Dos 73 indígenas que se suicidaram, 72 eram do povo Guarani-Kaiowá, a maioria com idade entre 15 e 30 anos.

Do total de 33 assassinatos no estado, 31 ocorreram entre indígenas do povo Guarani-Kaiowá e dois casos do povo Terena. Nos últimos 11 anos, os levantamentos do Cimi mostram que pelo menos 616 indígenas foram assassinados no país, sendo que 349 destas mortes ocorreram no Mato Grosso do Sul, onde a maioria das comunidades vive em situação de extrema precariedade, em acampamentos improvisados nas margens das rodovias, nas áreas de preservação obrigatória – faixa de domínio – dentro das fazendas, ou confinados em pequenas reservas criadas pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no início do século passado.

A Reserva Indígena de Dourados, por exemplo, apresenta a maior densidade populacional entre todas as comunidades tradicionais do país, abrigando mais de 13 mil indígenas em 3,6 hectares de terra. Nela aconteceram 18 dos 73 casos de suicídio no estado em 2013.

Também foi frequente em 2013 a difusão de discursos com teor preconceituoso e racista em meios digitais de informação, jornais, televisão e rádio. Com o registro de 23 ocorrências, estes casos mais que dobraram em relação a 2012, quando 11 registros foram feitos. Os polêmicos vídeos dos deputados federais Luis Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) inserem-se nesses casos de racismo e incitação à violência contra os povos indígenas. “Em 2013, o crime de racismo manifestou-se de diferentes formas contra os povos indígenas: no impedimento de usarem o transporte coletivo ou de estudantes frequentarem a escola; na não contratação, mesmo que para subempregos; nas inúmeras agressões e ofensas verbais; no não reconhecimento da sua condição de indígena; na impossibilidade de acesso a benefícios sociais; na recusa de receberem atendimento médico; na obrigação de crianças indígenas lavarem banheiros nas escolas e no recebimento de merenda menor que as crianças não indígenas; e na condenação por crimes, mesmo sem provas substanciais, como foi o caso que envolveu o povo Tenharim, no Amazonas”, resume a antropóloga Lúcia Rangel, coordenadora da pesquisa do relatório.

Em relação a este episódio, Egydio Schwade, ex-secretário executivo do Cimi e profundo conhecedor da Amazônia, afirma em seu artigo que as agressões ao povo Tenharim são bastante antigas e a sua motivação sempre foi de ordem econômica espoliadora. “Nesse sentido, não se avista nenhuma justiça para os povos indígenas da região no curto prazo. Nenhum relatório conclusivo que vá ao encontro da justiça. Ao contrário, os inquéritos policiais acabam levando a um e mesmo beco sem saída justa, porque a ‘justiça’ já foi previamente programada para a condenação de inocentes, dos índios ‘no plural’, como ‘bodes expiatórios’. Tudo para proteger os interesses em jogo dos madeireiros, mineradores, fazendeiros e agronegociantes”, conclui Schwade.



Índios isolados: Funai divulga imagem do povo desconhecido do alto rio Envira
SÍTIO CEDEFES, 18.07.2014

As primeiras imagens do povo indígena desconhecido que fez contato com índios ashaninka da aldeia Simpatia, no Alto Rio Envira, no oeste da Amazônia, foram divulgadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

As imagens mostram três índios sem roupas caminhando em uma das margens do rio. Nas mãos, eles levam arcos e flechas. De acordo com informações dos intérpretes que integram a equipe da Funai, os índios desconhecidos pertencem a um subgrupo do tronco linguístico Pano. O contato e a permanência do grupo de isolados na região ocorreram de forma pacífica.

Mas, segundo a Funai, durante os diálogos com os intérpretes o grupo indígena isolado relatou que sofreu violência no território peruano.

Nos diálogos tratados com o grupo indígena isolado por meio dos intérpretes, os indígenas relataram que sofreram atos de violência por armas de fogo praticados por não índios nas cabeceiras do rio Envira, que se localiza em território Peruano”, disse em nota Funai.

Diante dos relatos, a Funai anunciou medidas para averiguar os fatos relatados e implementar um plano de ação no âmbito do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Funai e o governo peruano em março deste ano, com vistas à proteção dos povos indígenas isolados transfronteiriços e ao monitoramento territorial na região.

Diferente do informado anteriormente pela Funai, o contato entre os dois povos aconteceu no último dia 26 de junho, e não dia 29. O contato foi estabelecido com os servidores da Frente de Proteção Etnoambiental (FPE) Envira da Fundação Nacional do Índio e indígenas do povo Ashaninka, na Aldeia Simpatia, da Terra Indígena Kampa e Isolados do Alto Rio Envira, que fica no município de Feijó, no Acre.

Segundo a Funai, o grupo de índios isolados contraiu gripe e se deslocou junto a equipe para a Base de Proteção Etnoambiental Xinane, onde foi possível realizar o atendimento médico. Após a conclusão do tratamento, os indígenas retornaram para suas malocas, onde estão os demais integrantes de seu povo.

Como a agência Amazônia Real publicou em matéria anterior, os índios desconhecidos assustaram mulheres e crianças Ashaninka da aldeia Simpatia quando apareceram nas malocas pegando panelas e facões por volta do dia 10 de junho.

O clima ficou tenso entre índios desconhecidos e os Ashaninka, o que levou o Governo do Acre a realizar uma operação de segurança com apoio do Exército e da Polícia Federal na fronteira.

CONT.



Em nota divulgada no dia 17 de junho, o Governo do Acre informou que a chamada Operação Simpatia consistia em averiguar as ameaças que a comunidade Ashaninka recebiam de “índios isolados” e classificou os desconhecidos de “saqueadores”.

Diante da aproximação dos índios isolados na aldeia Simpatia, o coordenador-geral de Índios Isolados e Recém Contatados da Funai, Carlos Travassos, viajou para região para acompanhar o trabalho da equipe da Frente de Proteção Etnoambiental Envira e do sertanista José Carlos Meirelles, da Assessoria Indígena do Governo do Estado do Acre.

O contato entre os índios isolados e a etnia ashaninka gerou preocupação com a saúde e a segurança desses povos entre as lideranças do Acre. Em entrevista à agência Amazônia Real, Ninawa Huni Kuin, da etnia Kaxinawá, disse que a Funai (Fundação Nacional do Índio) precisa reativar a base da Frente de Proteção Etnoambiental na região para proteger os índios isolados.

A base da Frente de Proteção Etnoambiental no Rio Xinane, próxima à Aldeia Simpatia, foi fechada depois de uma invasão de narcotraficantes peruanos ao posto, em 2011. Na ocasião, a Polícia Federal retomou a instalação e prendeu um homem de nacionalidade portuguesa sob acusação de tráfico internacional de drogas. Mas, por medida de segurança, a Funai retirou os funcionários do órgão, inclusive do atendimento de saúde, do local.

Na nota divulgada nesta quinta-feira (17), a Fundação Nacional do Índio disse que entre as medidas necessárias para a segurança tomadas está a reativação permanente da Base Xinane da FPE Envira. Segundo a fundação, os trabalhos consistirão em ações de monitoramento dos povos indígenas isolados buscando identificar possíveis ameaças as suas vidas e territórios.

Com relação a saúde dos povos indígenas do Alto Rio Envira, a Funai informou que o Plano de Contingência para Situações de Contato, que se encontrava em estado de alerta, passou para a fase de intervenção, sendo executado pela equipe composta por servidores do órgão, mateiros, intérpretes, funcionários da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e um médico da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP).

O Plano prevê ações que consigam, no primeiro momento, realizar o atendimento à saúde desse grupo de forma imediata, eficaz e preventiva, diminuindo o impacto do contato. Desta maneira, os índios que contraíram a gripe já foram imunizados”, informou à Funai.

Além disso, diz a fundação em nota, o Plano visa estabelecer uma relação de confiança entre os servidores, os povos vizinhos e os isolados, de acordo com termos de conduta que norteiam e organizam as equipes que estão em campo, de forma a estabelecer um contato que não seja traumático.

O tronco Pano

O tronco linguístico Pano abrange vários idiomas de povos indígenas que habitam o Acre, como Kaxinawá, Yanawawá e Katukina. No Amazonas, alguns povos cujas línguas pertencem ao tronco Pano são marubo, matis, mayoruna e korubo, que habitam a Terra Indígena Vale do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 123 / 2014

Brasília, 18 de julho de 2014.

Javari. Os índios Amawaká, do Peru, também falam uma língua do tronco Pano, segundo informações são do Instituto Socioambiental.

Fonte: <http://amazoniareal.com.br/>



"Com a terra, o céu murchou". A paralisação das demarcações de terras indígenas
SÍTIO IHU, 18.07.2014

"Muitas das agressões registradas contra os povos indígenas têm como pano de fundo a paralisação de todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas". A afirmação é de dom Erwin Kräutler, bispo do Xingu e presidente do Cimi em pronunciamento sobre o Relatório de Violência contra os Povos Indígenas publicado pelo Cimi.

Segundo ele, "o Governo Federal deve ser responsabilizado pela trágica realidade vivida pelos povos indígenas que não tem assegurada a posse de suas terras. O governo também age de modo conivente diante das invasões e da depredação dos recursos naturais e é omissa nas suas obrigações constitucionais de fiscalizar, proteger e assegurar o usufruto das terras pelos Povos Indígenas".

Eis o pronunciamento.

"Com a terra, o céu murchou" (Is 24,4).

Apresentamos mais um Relatório de Violência contra os Povos Indígenas com dados de 2013. Destacamos que muitas das agressões registradas têm como pano de fundo a paralisação de todos os procedimentos de demarcação de terras indígenas, imposta pela Presidente da República Dilma Rousseff.

Recorrentemente o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) tem denunciado a omissão do poder público na condução da política indigenista e o descaso para com a vida destes povos. Em 2013 a omissão se tornou ainda mais enfática quando o governo federal deixou de cumprir sua responsabilidade constitucional de realizar os procedimentos administrativos de demarcação. A atitude de retardar os já morosos processos em curso demonstra que as atenções do governo estão voltadas aos setores da economia e da política ligados ao latifúndio, ao agronegócio, às empreiteiras, mineradoras e empresas de energia hidráulica, que visam exclusivamente a exploração da natureza em terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas. Os interesses privados destes grupos encontram ressonância na política desenvolvimentista praticada pelo governo e também em seus interesses eleitoreiros.

Os dados reunidos neste relatório demonstram que a paralisação dos procedimentos de demarcação das terras indígenas têm graves consequências para a vida das comunidades indígenas. Agravaram-se os conflitos em diversos estados da federação, tornando ainda mais instáveis e precárias as condições de sobrevivência das famílias indígenas acampadas à beira das rodovias, ou daquelas comunidades cujas terras se encontram em grande parte invadidas. Além disso, intensificaram-se as violências e ameaças de morte contra indígenas que se mobilizam para reivindicar o início ou a continuidade dos procedimentos demarcatórios.

CONT.



O grave descaso do governo para com os direitos territoriais indígenas gerou também novas investidas contra estes os povos, protagonizadas por grupos privados ou por representantes públicos. Os dados coletados em 2013 evidenciam a promoção, por particulares, de inúmeros eventos públicos com o intuito de criminalizar as lutas indígenas e, ao mesmo tempo, de desqualificar suas formas de vida. Também tem sido frequente a difusão de discursos com teor preconceituoso, discriminatório e racista em meios digitais de informação, bem como em jornais, programas de televisão e de rádio. O "Leilão da Resistência", promovido pela CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) no Mato Grosso do Sul, foi um desses eventos.

No entender do Cimi, o Governo Federal deve ser responsabilizado pela trágica realidade vivida pelos povos indígenas que não tem assegurada a posse de suas terras. O governo também age de modo conivente diante das invasões e da depredação dos recursos naturais e é omissos nas suas obrigações constitucionais de fiscalizar, proteger e assegurar o usufruto das terras pelos Povos Indígenas.

O descaso para com os povos indígenas não se restringe apenas aos direitos territoriais. Manifesta-se também no criminoso desleixo no atendimento à saúde das populações indígenas que resultou, de acordo com dados do próprio Ministério da Saúde, na morte de 693 crianças. A constatação de que, a cada 100 indígenas que morrem no Brasil, 40 são crianças, torna inegável o fato de que está em curso uma política indigenista genocida.

Além de denunciar as violências praticadas contra os povos indígenas e de responsabilizar o governo pelo agravamento dessa dramática situação, este relatório pretende alertar para a necessidade de promovermos uma ampla e intensa luta em defesa da vida. A sobrevivência física e cultural dos povos indígenas está estreitamente vinculada à garantia de seus territórios. Urge revermos as prioridades sociais e as direções políticas de nosso país, realizando debates, reflexões e estudos que estimulem a participação para o controle social e que possibilitem a formulação de propostas e projetos de vida com dignidade para todos.

Para os indígenas expulsos de suas terras ou continuamente ameaçados de perdê-las concretiza-se infelizmente a palavra do Profeta Isaías: "A terra está de luto e doente, o mundo definha, está doente; com a terra, o céu murchou" (Is 24,4). Para povos indígenas despojados de seu habitat ancestral, o mundo vira deserto e o céu do bem-viver é profanado.

Erwin Kräutler Bispo do Xingu e Presidente do Cimi.



Rede Brasileira de Justiça Ambiental realizará seu sexto encontro nacional
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.07.2014

FASE - O VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) acontecerá na capital mineira Belo Horizonte entre os próximos dias 24 e 26 de julho. Cerca de 150 pessoas de diversas regiões do país devem participar do evento. Entre os principais objetivos está a construção coletiva de um diagnóstico crítico sobre a conjuntura e as desigualdades ambientais ligadas ao atual modelo de desenvolvimento.

Segundo a RBJA, está evidente que a reprodução da forma atual de acumulação de riqueza na sociedade só é possível por meio da produção de injustiças. "Nessa perspectiva são as áreas onde vivem populações pobres, negras e indígenas as que recebem as atividades mais poluentes e são estes grupos que estão mais expostos a riscos e problemas ambientais", comenta Julianna Malerba, do Colegiado Político da RBJA e da FASE.

Ela alerta que essa também é uma realidade no Brasil. "Temos uma avaliação de que a retomada, nos últimos 10 anos, do papel do Estado como indutor do crescimento econômico impõe novos desafios para a agenda socioambiental. O financiamento de programas de inclusão social e o estímulo ao mercado interno que marcam o período se viabilizaram graças à expansão das fronteiras de exploração de recursos naturais", expõe.

Julianna também chama atenção para a importância do debate quando aponta para uma relação contraditória: "o compromisso com a superação da desigualdade e da pobreza tem impulsionado a expansão de atividades extrativas e intensivas no uso dos recursos naturais e impactado, justamente, os grupos historicamente vulnerabilizados, que detém menos poder".

A RBJA existe desde 2002 e reúne cerca de 100 movimentos sociais, entidades ambientalistas, organizações, associações de moradores, órgãos de ensino e pesquisadores universitários que se unem em torno do campo político de defesa da Justiça Ambiental. Trata-se de marco conceitual que aproxima as lutas populares pelos direitos sociais e humanos, por qualidade de vida e pela sustentabilidade ambiental. Impactados por conflitos relacionados à expansão das atividades petrolíferas e mineradoras estarão em seu VI Encontro Nacional. Indígenas, pescadores, ribeirinhos, cujos direitos territoriais vêm sofrendo ataques pelo agronegócio, também pautarão os debates.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Vania Regina Carvalho.



'Livro da cura' reúne textos e fotos de mais de 100 espécies medicinais utilizadas pelo povo indígena

SÍTIO O GLOBO, 18.07.2014

'Livro da cura' reúne textos e fotos de mais de 100 espécies medicinais utilizadas pelo povo indígena

RIO — Espalhado pelo estado do Acre, sul do Amazonas e Peru, o povo indígena Huni Kuin sempre encontrou a cura na natureza, graças à sua estreita ligação com a floresta e seu conhecimento milenar das plantas. Cultivadas em seus jardins medicinais, diferentes espécies tratam enfermidades físicas e espirituais. Soluções naturais que servem tanto para acabar com uma dor de dente quanto para ajudar a se concentrar na pesca e na caça, ou ainda dar um fim à má sorte de homens e cachorros.

Mais de 100 espécies desta terapêutica estão agora apresentadas em textos e imagens no recém-lançado "Una Isi Kayawa — Livro da cura Huni Kuí do Rio Jordão" (Editora Dantes, 260 páginas), organizado pelos pajé Agostinho Manduca Mateus Ika Muru e o etnobotânico Alexandre Quinet, pesquisador do Jardim Botânico do Rio (uma seleção de fotos de Camilla Coutinho feitas para a obra estão na mostra "O sonho que cura", exibida no Parque Lage). A publicação era um sonho antigo do pajé Manduca, morto em 2011: perpetuar no registro impresso a cultura medicinal do seu povo, antes restrita à transmissão oral. Fruto de um longo processo, que incluiu cinco expedições ao Rio Jordão (Acre), entrevistas com pajés, coletas e catalogação de material botânico, além de residências de tradutores no Rio de Janeiro, o projeto é uma troca inédita de experiências entre o Centro Nacional de Conservação da Flora do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico e os Huni Kuin. Incorpora a aplicação da pesquisa técnico-científica do "homem branco" ao conhecimento das culturas tradicionais dos índios.

O registro das plantas da terapêutica indígena segue uma divisão mítica de quatro grupos (Dau, Inani, Inu, Banu). A apresentação das concepções espirituais dos Huni Kuin (também conhecidos como Kaxinawás) é essencial — para eles, não há uma separação clara entre ciência e religião. A aplicação de ervas é acompanhada por cantos, e o processo de cura envolve uma intrincada relação com os outros seres vivos.

— A ligação do homem com as plantas vem desde os primórdios, quando a busca da cura das doenças estava diretamente relacionada com a crença num poder das potestades na natureza, e, em particular, no mundo vegetal — observa Quinet. — Os sacerdotes foram os mais remotos alquimistas, que guardavam as observações dos usos das plantas medicinais. Culturas tão distintas, como a dos índios Huni Kuin, tinham uma concepção mágica das plantas, sempre relacionadas com os seres encantados da natureza, que compõem a sua visão teogônica do mundo.

No mundo dos Huni Kuin, a influência das divindades pode se manifestar positivamente — no
CONT.



sucesso nas caçadas, por exemplo — ou negativamente — no sofrimento com enfermidades. Parte da cura depende de um comportamento sustentável, já que as relações ecológicas influenciam na saúde dos homens, criando um ciclo de reação e vingança dos espíritos de plantas e animais. Alimentar-se de filhotes e danificá-los durante seu esquartejamento causa problemas de saúde ao caçador. Comer filhote de capivara, por exemplo, pode provocar dores repentinas e epilepsia (doenças tratadas por eles com banhos de folhas de amé maku txakiwã, ou rutaceae na nomenclatura tradicional).

Segundo os organizadores do livro, não há oposição entre o caráter “mágico” do conhecimento Huni Kuin e a abordagem científica convencional: pajés e cientistas operam em níveis de consciência diferentes, mas obtêm o mesmo conhecimento das espécies. Mais do que um aval da botânica ocidental ao conhecimento indígena, entretanto, o projeto é um diálogo entre duas inteligências complementares, opina a editora Anna Dantes.

— Para os Huni Kuin, as plantas são sagradas; é uma visão que se perdeu no Ocidente, mas que permanece nas culturas nativas — explica. — Vejo que, em vários lugares do Ocidente, busca-se recuperar esta conexão com o mundo vegetal, o entendimento de que nós somos a natureza.

Traduzir o complexo conhecimento dos Huni Kuin foi um desafio para a Anna. Em 2008, ela editou o “Gabinete de curiosidades de Domênico Vandelli”, que apresentava o universo do naturalista italiano do século XVIII por um viés mais iluminista. Já a edição do “Livro da cura”, que conta ainda com fotografias de Gabriel Rosa e do artista plástico Ernesto Neto, entre outros, se guia esteticamente pelos cadernos e desenhos dos pajés. Experimenta uma diagramação de janelas e proporções livres e orgânicas, além de usar um papel feito de plástico reciclado, que o torna resistente às condições úmidas da floresta, onde deverá ser distribuído.

— Fomos fiéis ao conceito de “livro vivo” idealizado por Manduca: um instrumento dinâmico, de aprendizado coletivo, que transforma os envolvidos — conta Anna. — As fotos tinham que ajudar o taxonomista a identificar as plantas, mas ao mesmo tempo apresentá-las numa linguagem com a qual os aprendizes de pajé se identificassem. Os Huni Kuin estão sempre atualizando sua cultura, e eles queriam mostrar como o conhecimento da floresta pode ser mais valioso que outros tipos de exploração, como a pecuária.



Cimi vê menor demarcação de terra indígena em 29 anos

SÍTIO O XINGU, 18.07.2014

Desde o fim da ditadura militar, em 1985, o governo da presidente Dilma Rousseff (PT) foi o que menos demarcou terras indígenas, segundo relatório divulgado hoje pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi). A média atingida pela presidente foi de 3,6 terras demarcadas por ano. Em 2013, segundo o documento, nenhum processo demarcatório foi concluído.

O relatório aponta ainda que 1.047 áreas territoriais são reivindicadas atualmente pelos índios em todo o País. Deste total, apenas 38% estão regularizadas, cerca de 30% das terras passam por processos de regularização e 32% ainda não tiveram o procedimento de demarcação iniciado.

Segundo o Cimi, a paralisia do governo é provocada por suas alianças com setores econômicos contrários às demarcações - como o agronegócio e a mineração - e a projetos de desenvolvimento nos quais os povos indígenas têm sido considerados irrelevantes. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



ALERTA - Incêndio as margens da rodovia BR 158, na reserva Indígena dos Areões
SÍTIO REPORTER DO ARAGUAIA, 18.07.2014

A equipe de reportagem do site InteressanteNews flagrou ontem a noite (16), por volta das 20 horas, o início de um incêndio na reserva indígena dos Areões, na altura da fazenda Tropical, no município de Água Boa-MT.

O fogo, já em grandes proporções, consumia com suas chamas a vegetação as margens da rodovia, adentrando a reserva, o que sem dúvida, provocará prejuízos ao meio ambiente e a população, em razão dos gases emitidos.

Todos os anos o fogo consome a maioria da reserva indígena, e muitos culpam a população indígena pelo fogo. Segundo a lenda, o povo Xavante tem o costume de incendiar o cerrado, com o objetivo de facilitar a caça.



Parque Lage recebe festa indígena

SÍTIO O DIA, 18.07.2014

Práticas médicas e história dos Huni Kuin, população que vive no Acre, inspiram livro e evento que acontece neste fim de semana

Ricardo Schott

Rio - Reunindo as práticas medicinais do povo Huni Kuin (a maior população indígena que habita a região do Rio Jordão, no Acre), o 'Una Isi Kayawa — Livro da Cura' é a razão da festa indígena que ocupa o Parque Lage a partir de hoje, prosseguindo até a próxima quinta-feira. Todas as atividades acontecerão numa oca de dez metros de altura por 12 de diâmetro.

O evento abre hoje às 14h, com roda de cantorias tradicionais Huni Kuin. A programação inclui várias rodas de conversa sobre assuntos indígenas, como 'Quem são os Huni Kuin', com a presença da comitiva Huni Kuin e de convidados (hoje, às 15h), e 'O Que São os Kenes', com José Itsairu (sábado, às 15h30). Tem também eventos de pintura corporal (amanhã, às 14h) e, claro, a grande festa de lançamento do 'Livro da Cura', que é amanhã, às 14h.

"O livro coloca em pé de igualdade o conhecimento Huni Kuin, dos índios, e o acadêmico. Tanto que é escrito em português e hatxa kuin, a língua deles. Ao todo, são quatro capítulos, que apresentam 109 plantas, seus usos e tratamentos", diz Alexandre Quinet, organizador e coordenador do 'Una Isi Kayawa — Livro da Cura'.

PARQUE LAGE. Rua Jardim Botânico 414, Jardim Botânico (3257-1800). De hoje a domingo, a partir das 14h.